

ATA N.º 22/2019

-----ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE CATORZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----

-----Aos catorze dias do mês de outubro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Espinho e no salão nobre da Câmara Municipal reuniu-se, em reunião extraordinária, a mesma Câmara sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim José Pinto Moreira, com a presença dos Senhores Vereadores António Vicente de Amorim Alves Pinto, Quirino Manuel Mesquita de Jesus, Carlos Nuno Lacerda Lopes, Adelino Miguel Lino Moreira Reis e Ana Paula Africano de Sousa Silva, tendo faltado, por motivo justificado, a Sra. Vereadora Maria de Lurdes Santos Ganicho. Sendo 18.00 horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, secretariada pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, entrando-se de imediato na Ordem de Trabalhos a que se refere o edital nº 46/2019, de 9 de outubro de 2019.-----

-----**Deliberação Nº 222/2019: Autorização Prévia do Investimento para a Construção do Estádio Municipal de Espinho no âmbito da Contração de Empréstimo de Médio e Longo Prazos no montante de 1.800.000,00€:** Presente a informação n.º 1968/2019 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 3 votos a favor do PSD, 3 votos contra do PS e o voto de qualidade a favor do Presidente da Câmara Municipal, submeter à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a aprovação do investimento previsto para a Construção do Estádio Municipal que ascende a 4.746.680,00 €, a financiar com a operação de crédito de médio e longo prazo no montante de 1.800.000,00€, nos termos do nº 2 do artigo 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, considerando que ultrapassa os 10% das despesas de investimento no orçamento em exercício. Mais deliberou a Câmara Municipal solicitar à Assembleia Municipal a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. Por último, deliberou a Câmara Municipal requerer que a presente proposta seja discutida numa sessão

extraordinária da Assembleia Municipal ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 28º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra o ponto 1 e 2. EM 2017 foi apresentado publicamente com pompa e circunstância um estádio municipal orçamentado em cerca de dois milhões e seiscentos mil euros. Foi anunciado que o estádio iria começar a ser construído em 2018. O estádio anunciado e amplamente promovido pelo atual executivo do PSD apresentava uma solução acabada com todas as bancadas cobertas. Foi com enorme perplexidade que em outubro de 2019, após dois anos desperdiçados, tomámos conhecimento que ao contrário do previsto, o estádio não irá começar em 2019, nem estará pronto em 2021, e ainda por cima custará ao município de Espinho cerca de 5 milhões de euros com muito menos valências, nomeadamente apenas uma bancada coberta. Não se entende depois de tanto tempo passado, o projeto final do estádio municipal de Espinho ainda não tenha sido trazido a qualquer reunião de câmara, minimamente explicado e devidamente acompanhado da estimativa orçamental. Este executivo enganou a população e não honrou os compromissos assumidos. os Vereadores do Partido Socialistas, apenas sabem que o alegado projeto para um estádio completo orçamentado em cerca de 2,6 milhões de euros, agora custa 5 milhões de euros e apenas prevê uma bancada coberta. Até à data de hoje, desconhecemos o projeto nem nos foi dado qualquer esclarecimento para além do aumento de custo e da diminuição de valências e do não cumprimento dos prazos. Perante o exposto, os vereadores do PS recusam participar numa estratégia populista, irresponsável e desajustada das reais necessidades do município de Espinho." -----

-----**Deliberação Nº 223/2019: Contratação de Empréstimo a Médio e Longo Prazo - Construção do Estádio Municipal de Espinho - Relatório de Análise de Propostas para a contração de Empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de 1.800.000,00 €:** Presente a informação n.º 1969/2019 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 3 votos a favor do PSD, 3 votos contra do PS e o voto de qualidade a favor do Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal nos termos da alínea f) do nº 1 do

artigo 25º do mesmo regime jurídico, a autorização para contratação de um empréstimo de médio e longo prazo com o Banco BPI até ao montante de 1.800.000,00 €, para o prazo de 15 anos, para a Construção do Estádio Municipal de Espinho para efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 49º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro. Mais deliberou a Câmara Municipal requerer que a presente proposta seja discutida numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 28º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra o ponto 1 e 2. EM 2017 foi apresentado publicamente com pompa e circunstância um estádio municipal orçamentado em cerca de dois milhões e seiscentos mil euros. Foi anunciado que o estádio iria começar a ser construído em 2018. O estádio anunciado e amplamente promovido pelo atual executivo do PSD apresentava uma solução acabada com todas as bancadas cobertas. Foi com enorme perplexidade que em outubro de 2019, após dois anos desperdiçados, tomámos conhecimento que ao contrário do previsto, o estádio não irá começar em 2019, nem estará pronto em 2021, e ainda por cima custará ao município de Espinho cerca de 5 milhões de euros com muito menos valências, nomeadamente apenas uma bancada coberta. Não se entende depois de tanto tempo passado, o projeto final do estádio municipal de Espinho ainda não tenha sido trazido a qualquer reunião de câmara, minimamente explicado e devidamente acompanhado da estimativa orçamental. Este executivo enganou a população e não honrou os compromissos assumidos. os Vereadores do Partido Socialistas, apenas sabem que o alegado projeto para um estádio completo orçamentado em cerca de 2,6 milhões de euros, agora custa 5 milhões de euros e apenas prevê uma bancada coberta. Até à data de hoje, desconhecemos o projeto nem nos foi dado qualquer esclarecimento para além do aumento de custo e da diminuição de valências e do não cumprimento dos prazos. Perante o exposto, os vereadores do PS recusam participar numa estratégia populista, irresponsável e desajustada das reais necessidades do município de Espinho."-----

----- **Deliberação Nº 224/2019: Autorização Prévia dos investimentos inseridos na contratação de empréstimos de médio e longo prazo até ao montante de 5.039.822,11 (cinco milhões, e trinta e nove mil e oitocentos e vinte e dois euros e onze cêntimos) à Linha BEI PT 2020 – Autarquias:** Presente a informação n.º 1932/2019 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em

título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 3 votos a favor do PSD, 3 votos contra do PS e o voto de qualidade a favor do Presidente da Câmara Municipal, submeter à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a aprovação dos investimentos a financiar com a operação de crédito de médio e longo prazo (mencionados na tabela 1), nos termos do nº 2 do artigo 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, considerando que no seu conjunto ultrapassam os 10% das despesas de investimento no orçamento em exercício. Mais deliberou a Câmara Municipal solicitar à Assembleia Municipal a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho. Por último, deliberou a Câmara Municipal requerer que a presente proposta seja discutida numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 28º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: "Espinho continua a apresentar uma das maiores dívidas por habitante da Área Metropolitana do Porto, trata-se de um indicador importante para refletir sobre a eficácia financeira. A perante gestão camararia, que fundamentou a sua estratégia assente numa alegada redução de dívida. Uma redução baseada em cativações e ausência de investimento sério e criterioso, que inevitavelmente se traduziu num presente sem resultados e num futuro insustentável. O atual executivo prepara-se para contrair dividas entre 15 a 20 milhões de Euros até ao final do atual mandato, ou seja, prepara-se para deixar o município com uma divida maior do que a que encontrou, com a agravante que a cidade está envelhecida e abandonada. A ideia da redução de dívida municipal, vingou. No entanto, o que aconteceu não foi mais do que a cativação das verbas necessárias para o bom funcionamento da cidade, como por exemplo a renovação da água e de saneamento, como podemos ver diariamente através de rebentamentos diários das condutas, ou a ausência total da manutenção dos edifícios públicos. Vejamos o exemplo do Balneário marinho, o multimeios, complexo de ténis, nave, Piscina municipal o estado decadente das ruas e passeios e dos jardins, o abandono das habitações sociais. Naturalmente que os eventos e as Festas são importantes, e para esses há sempre dinheiro, sem ser necessário recorrer a empréstimos. Mas muito mais importante é promover uma política de habitação capaz de

inverter a desertificação da cidade e o consequente envelhecimento da população, a falta de políticas sérias de empreendedorismo através da criação de postos de trabalho, empresas sediadas e que pagam impostos no nosso concelho e não grupos que apenas retiram competitividade às empresas locais subtraindo mais postos de trabalho do que aqueles que criam. A diminuição da população e a receitas municipais insuficientes, conduziram Espinho a esta situação difícil. Agora temos uma cidade que nos próximos anos irá necessitar de investimentos na ordem dos 50 ou 60 milhões de euros. Tudo isto já poderia e deveria estar em marcha, tudo isto já poderia estar a ser operacionalizado. Mas isso iria implicar cortes em algumas mordomias, assessorias, festas, eventos, ajustes diretos e todas aquelas coisas que são do conhecimento comum. São opções, infelizmente os Espinhenses é que arcam com as consequências. Rapidamente constatamos que a dívida não diminuiu, aumentou e muito, chegamos a 2019 e a situação fica mais clara do que nunca. Ou aparecem fundos comunitários ou recorremos a empréstimos, caso contrário não há dinheiro para investimentos. O que este executivo nos propõe é endividar a câmara em milhões. Aliás, como tanto criticaram no passado. Não estamos disponíveis para aprovar estratégias que conduzem Espinho para o precipício. Fomos eleitos com um programa eleitoral com uma estratégia clara. Promover o crescimento populacional, travar a desertificação, implementar uma política habitacional séria e criteriosa, potenciar o tecido empresarial, implementar políticas sociais reais, investir mais e melhor nas freguesias. Fomos eleitos para defender os altos interesses de Espinho e é a este princípio que nos vamos manter fiéis. Não nos parece aceitável e democrático que um executivo em fim de ciclo condicione a implementação de novas visões e estratégias para resolver os grandes e verdadeiros problemas que o município enfrenta com mais e pior endividamento.” -----

----- **Deliberação Nº 225/2019: Financiamento da Contrapartida Nacional de Projetos de Investimento Autárquico aprovados no âmbito dos Programas do Portugal 2020 – Proposta para Autorização da Contratação de Empréstimos de Médio e Longo Prazo à Linha BEI PT/2020 – Autarquias:** Presente a informação n.º 1933/2019 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento do Relatório Final da consulta realizada às Instituições Bancárias para a contração de um pedido de empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante global de

5.039.822,11 euros (cinco milhões, trinta e nove mil, oitocentos e vinte e dois euros e onze cêntimos), incluindo as propostas de pedidos de empréstimo à Linha BEI PT 2020 e deliberou, com 3 votos a favor do PSD, 3 votos contra do PS e o voto de qualidade a favor do Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo das competências da alínea f) do nº1 do artigo 25º e do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a autorização da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à Linha BEI – PT 2020, no montante global de 5.039.822,11 € (cinco milhões, trinta e nove mil e oitocentos e vinte e dois euros e onze cêntimos), nos termos das decisões de aprovação dos pedidos de financiamento e respetivas condições, constantes nas Fichas Técnicas: Ampliação e Requalificação da Escola Básica Sá Couto (NORTE-08-5673-FEDER-000127 ID 4433) - empréstimo no montante de 1.367.264,39 €; Escola Básica de Guetim (NORTE-08-5673-FEDER-000142 – ID 4438) - empréstimo no montante de 159.334,63 €; Beneficiação das Paragens de Autocarro no Concelho de Espinho (NORTE-05-1406-FEDER-000221 ID 4440) - Empréstimo no montante de 74.922,60 €; Rede de Ciclovias do Concelho de Espinho (NORTE-05-1406-FEDER-000216 ID 4447) - Empréstimo no montante de 3.438.300,48 €, para efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 49º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro. Mais deliberou a Câmara Municipal requerer que a presente proposta seja discutida numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 28º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: “Espinho continua a apresentar uma das maiores dívidas por habitante da Área Metropolitana do Porto, trata-se de um indicador importante para refletir sobre a eficácia financeira. A perante gestão camararia, que fundamentou a sua estratégia assente numa alegada redução de dívida. Uma redução baseada em cativações e ausência de investimento sério e criterioso, que inevitavelmente se traduziu num presente sem resultados e num futuro insustentável. O atual executivo prepara-se para contrair dívidas entre 15 a 20 milhões de Euros até ao final do atual mandato, ou seja, prepara-se para deixar o município com uma dívida maior do que a que encontrou, com a agravante que a cidade está envelhecida e abandonada. A ideia da redução de dívida municipal, vingou. No entanto, o que aconteceu não foi mais do que a cativação das verbas necessárias para o bom funcionamento da cidade, como por exemplo a renovação da água e de saneamento, como podemos ver diariamente através de rebenamentos diários das

condutas, ou a ausência total da manutenção dos edifícios públicos. Vejamos o exemplo do Balneário marinho, o multimeios, complexo de ténis, nave, Piscina municipal o estado decadente das ruas e passeios e dos jardins, o abandono das habitações sociais. Naturalmente que os eventos e as Festas são importantes, e para esses há sempre dinheiro, sem ser necessário recorrer a empréstimos. Mas muito mais importante é promover uma política de habitação capaz de inverter a desertificação da cidade e o conseqüente envelhecimento da população, a falta de políticas sérias de empreendedorismo através da criação de postos de trabalho, empresas sediadas e que pagam impostos no nosso concelho e não grupos que apenas retiram competitividade às empresas locais subtraindo mais postos de trabalho do que aqueles que criam. A diminuição da população e a receitas municipais insuficientes, conduziram Espinho a esta situação difícil. Agora temos uma cidade que nos próximos anos irá necessitar de investimentos na ordem dos 50 ou 60 milhões de euros. Tudo isto já poderia e deveria estar em marcha, tudo isto já poderia estar a ser operacionalizado. Mas isso irá implicar cortes em algumas mordomias, assessorias festas eventos ajustes diretos e todas aquelas coisas que são do conhecimento comum. São opções, infelizmente os Espinhenses é que arcam com as conseqüências. Rapidamente constatamos que a dívida não diminuiu aumentou e muito chegamos a 2019 e a situação fica mais clara do que nunca. Ou aparecem fundos comunitários ou recorremos a empréstimos, caso contrário não há dinheiro para investimentos. O que este executivo nos propõe é endividar a câmara em milhões. Aliás, como tanto criticaram no passado. Não estamos disponíveis para aprovar estratégias que conduzem Espinho para o precipício. Fomos eleitos com um programa eleitoral com uma estratégia clara. Promover o crescimento populacional, travar a desertificação, implementar uma política habitacional séria e criteriosa, potenciar o tecido empresarial, implementar políticas sociais reais, investir mais e melhor nas freguesias. Fomos eleitos para defender os altos interesses de Espinho e é a este princípio que nos vamos manter fiéis. Não nos parece aceitável e democrático que um executivo em fim de ciclo condicione a implementação de novas visões e estratégias para resolver os grandes e verdadeiros problemas que o município enfrenta com mais e pior endividamento.” -----

----- **Deliberação Nº 226/2019: Acordo de Liquidação Antecipada da Dívida do Município de Espinho à EDP Distribuição – Energia, S.A.:** Presente a informação n.º 1971/2019 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em

título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 3 votos a favor do PSD, 3 votos contra do PS e o voto de qualidade a favor do Presidente da Câmara Municipal: 1 - Revogar a deliberação de 3 de setembro de 2018, no que se refere à aprovação da minuta de Acordo a celebrar entre o Município de Espinho e a EDP Distribuição — Energia, S.A.; 2 - Aprovar o Acordo de Revogação do Acordo entre o Município de Espinho e a EDP Distribuição - Energia, S.A., de 10 de outubro de 2018, que se junta em anexo à presente proposta. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os vereadores do PS votaram contra porque os dados exibidos nada acrescentam de novo, para além de incompletos. O que se traduz em mais desperdício de tempo, e numa estratégia pouco seria e eficaz conforme os pareceres do tribunal demonstraram." -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, as deliberações tomadas na presente reunião, a fim de terem execução imediata, ao abrigo do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor. -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo que a subscreveu. -----

O Presidente da Câmara Municipal _____

A Coordenadora Técnica, _____